

FUNDAÇÃO DE ENSINO 'EURÍPIDES SOARES DA ROCHA'  
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**TERCEIRO SETOR: AS CONTRIBUIÇÕES DE UMA  
ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS PARA A CIDADE DE  
MARÍLIA**

**DIEGO APARECIDO TENÓRIO DOS SANTOS  
FLÁVIO ALVES MARTINS**

MARÍLIA  
2016

**DIEGO APARECIDO TENÓRIO DOS SANTOS  
FLÁVIO ALVES MARTINS**

**TERCEIRO SETOR: AS CONTRIBUIÇÕES DE UMA  
ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS PARA A CIDADE DE  
MARÍLIA**

Relatório parcial do Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Administração de Empresas da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração de Empresas.

Orientador:  
Profa. Ms. Roberta Ferreira Brondani

MARÍLIA  
2016

SANTOS, Diego Aparecido Tenório. MARTINS, Flávio Alves

Terceiro Setor: As contribuições de uma organização sem fins lucrativos na cidade de Marília. / Diego Aparecido Tenório dos Santos. Flávio Alves Martins; orientador: Profa. Ms. Roberta Ferreira Brondani. Marília, SP, 2016.

n.º de páginas: 48

Trabalho de Curso (Graduação em Administração) - Curso Administração da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2016.

1. Terceiro Setor 2. Desenvolvimento e responsabilidade social

CDD: 658.048

Nota:



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"  
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM  
Curso de Administração

Diego Aparecido Tenório dos Santos - 53004-2

Flávio Alves Martins - 44414-6

TÍTULO "Terceiro Setor: As Contribuições de uma Organização sem fins  
Lucrativos para a Cidade de Marília."


Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação  
em Administração da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em  
Administração.

Nota: 9,5 (nove e meio)

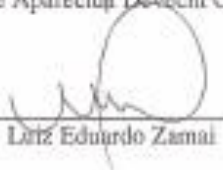
ORIENTADOR:

  
Roberta Ferreira Brondani

EXAMINADOR:

  
Solange Aparecida Dewechi Ordones

EXAMINADOR:

  
Luiz Eduardo Zamai

Marília, 28 de novembro de 2016.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela oportunidade de viver e poder desenvolver um trabalho que abrange uma parte da sociedade cujo significado passa a ser: olhar para o próximo é olhar para si mesmo com amor e dedicação para a construção de um mundo melhor.

Agradecemos também ao companheirismo de ambos amigos que contribuíram para a formação desse trabalho e do decorrer do curso em que desde o primeiro ano estamos juntos para enfrentar os desafios da vida e compartilhar de momentos bons e ruins, porém, que transformam em experiências melhores para ser compartilhadas.

A nossa família, que sem o apoio amoroso não conseguiríamos chegar até aqui, por todo o respeito, educação e dignidade que nos ensinaram para que pudéssemos trilhar caminhos melhores e ter sonhos mais altos, pois essa base nos ensinou que o estudo é a melhor forma de tornarmos pessoas melhores e colher os frutos dessa vida. Aos amigos pelo apoio emocional e a compreensão nos momentos de angústia e estresse quando pensamos por algum momento em desistir.

A nossa querida professora e mestra Roberta Ferreira Brondani que nos acompanha desde o primeiro ano de curso, mostrando que com dedicação, amor e muito estudo podemos conseguir chegar aonde for. Pela consideração com nós, alunos e, orientandos, pela paciência e pelo dom de ensinar. Pelo apoio e a correria em meio as turbulências ocorridos, o abraço acolhedor e o sorriso encantador como quem diz: “venham cá, estou aqui”.

O nosso muito obrigado vai para a Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” e todos os demais docentes e colaboradores que contribuíram para a nossa formação e preparação para o mercado de trabalho, cuja missão da instituição vai de acordo com o que é pregado.

Enfim, o nosso muito obrigado a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente contribuíram para a nossa formação pessoal e profissional para que possamos desbravar as aventuras de um mundo real, competitivo, maçante, mas com amor, dedicação, respeito, zelo e profissional.

SANTOS, Diego Aparecido Tenório. MARTINS, Flávio Alves. **Terceiro setor: as contribuições de uma organização sem fins lucrativos para a cidade de Marília**. 2016. 47 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2016.

A presente monografia tem como objeto de estudo: conceituar o que são as organizações do terceiro setor e apresentar as contribuições de uma instituição educacional sem fins lucrativos da cidade de Marília. Assim, através da pesquisa bibliográfica e exploratória, quantificamos as instituições com foco na educação na cidade de Marília e estudamos a fundo uma delas, cujo resultado faz jus a razão dela existir. Considerando os três setores que abrangem e formam o mercado: Primeiro, segundo e terceiro setor, ambos têm as suas características e forma de atuação. Assim, o terceiro setor possui característica privada e finalidade pública, em que trata de segmentos menos explorados pelos outros setores, tapando as lacunas deixadas pelo governo. O terceiro setor visa atender pessoas menos favorecidas socioeconomicamente falando, cuja as diversas formas de atender esse público varia com o tipo da organização, mas com a finalidade da responsabilidade social, o bem comum, a cooperação entre os membros de uma dada sociedade, geralmente, com foco local. Explorar o TS de forma a desenvolver e capacitar as pessoas que fazem parte desse nicho é algo que vai além da missão dessas instituições existirem, é formar cidadãos com brilhos nos olhos para ter chance de ter uma vida mais digna, igualitária, sem preconceitos e que fomentem o desenvolvimento de um país melhor. A vida em sociedade é melhor quando é mais unida e o propósito do terceiro setor é desenvolver e capacitar pessoas para um amanhã melhor.

**Palavras-chave:** Terceiro setor. Desenvolvimento. Responsabilidade social. Cooperação. Cidadãos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - As instituições de TS por região e população no Brasil .....	21
Figura 2 - Demonstrativo da interação dos três setores.....	22
Figura 3 - Desmembramentos das ONGs .....	31

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD: Associação de Assistência à Criança Deficiente

BNDS: Banco Nacional de Desenvolvimento

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo

FASFIL: Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU: Organizações das Nações Unidas

ONG: Organizações Não-Governamentais

OSCIP: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OSCs - Organizações da sociedade civil

OSs: Organizações sociais

SINPEFEPAR - Sindicato dos profissionais de Educação Física do Estado do Paraná

TS: Terceiro setor



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Pessoal assalariado por Estado no Brasil .....	21
Gráfico 2 -Atuação do TS por áreas no Brasil.....	29

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO SETOR – CONCEITOS .....	12
1.1 O primeiro setor: Estado .....	12
1.2 O Segundo Setor: Mercado privado .....	15
1.3 O terceiro setor – Organizações não governamentais sem fins lucrativos .....	19
CAPÍTULO 2 - O TERCEIRO SETOR NO BRASIL .....	24
2.1 Considerações sobre o terceiro setor .....	24
2.2 As ONGS: definição, histórico e tipos .....	27
2.2.1 Cooperativas.....	31
2.2.2 Os Sindicatos.....	32
2.2.3 Organizações religiosas.....	33
2.2.4 Associações .....	34
2.2.5 Fundações.....	35
CAPÍTULO 3 – PESQUISA DE CAMPO – O TERCEIRO SETOR EM MARÍLIA/SP .....	37
3.1 Dados primários .....	37
3.2 Dados secundários.....	37
3.3 Objetivos primários e secundários .....	37
3.3.1 Objetivo primário .....	37
3.3.2 Objetivos secundários .....	38
3.4 Universo, Amostragem e Metodologia .....	38
3.5 A Fundação .....	39
3.6 Modelo de pesquisa.....	39
3.7 Questionário .....	40
3.8 A tabulação e a análise dos dados .....	40
3.9 Conclusão.....	42

3.10 Considerações finais.....	43
REFERÊNCIAS .....	45
APÊNDICE A - Questionário .....	48

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo conceituar o que são as organizações do terceiro setor e apresentar as contribuições de uma instituição educacional sem fins lucrativos da cidade de Marília. Não é de hoje que existe um desequilíbrio entre a oferta dos serviços prestados e a demanda (sociedade), tendo em vista que o crescimento populacional desenfreado e a centralização do poder faz com que surjam mais necessidades do que serviços oferecidos.

Dessa forma, grupos sociais surgiram séculos atrás, com o intuito de ajudar, de forma mútua as pessoas que, diretamente, o Estado não consegue atender. A igreja católica veio com o conceito da união, em que os membros ofereciam serviços para a sociedade de forma a fomentar o seu desenvolvimento. O Estado, então, delibera verbas públicas para que as organizações pudessem fazer seu trabalho nas comunidades, com a finalidade de acelerar, prevenir e desenvolver as pessoas que necessitavam de assistências para a sua sobrevivência. Essas organizações, chamadas de terceiro setor, possuem caráter privado, porém, de finalidade pública, pois, toda a sociedade pode utilizar. É característico de organizações do terceiro setor investir em melhorias para oferecer seus produtos e serviços para a sociedade, uma vez que o seu lucro é revertido em prol da sociedade e não em dividendos a sócios. Este trabalho está estruturado em três capítulos. Sendo que no primeiro capítulo são abordados os conceitos dos três setores da sociedade. O primeiro setor que se trata do Estado, o segundo setor sendo as organizações privadas, onde ambos objetivam o lucro para o seu desenvolvimento, e o terceiro setor que é uma extensão dos outros dois setores, cuja finalidade é suprir as falhas governamentais, sendo ele de natureza particular, porém com características públicas e os conceitos de responsabilidade social, marketing sustentável e marketing social como forma de promoção do negócio e a sua importância para com a sociedade.

No segundo capítulo, aborda-se a trajetória do terceiro setor no Brasil, sua origem no mundo, e sua história, bem como as formas de abrangência, finalidades, características e também os seus diversos tipos. Inclusive, os benefícios trazidos para a sociedade com a inserção do indivíduo através de instituições que possuem a finalidade de atuar na formação pessoal, profissional e intelectual do mesmo.

No terceiro capítulo é apresentado o estudo do caso de uma organização institucional educativa da cidade de Marília analisando de que maneira ela contribui para a formação do

cidadão para o mercado de trabalho e as melhorias percebidas durante a sua passagem pela instituição e o reflexo disso tudo na comunidade local.

Como metodologia de pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica para a conceituação teórica do trabalho e o estudo de caso em uma Fundação educacional do terceiro setor da cidade de Marília-SP, que atua desde 1994 na cidade contribuindo com o desenvolvimento da zona norte. A pesquisa mostra o resultado positivo da instituição para com a vida das pessoas que fazem parte da mesma, bem como o desenvolvimento pessoal e educacional para as suas vidas e o seu futuro.

## **CAPÍTULO 1 – PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO SETOR – CONCEITOS**

### **1.1 O primeiro setor: Estado**

Paralelamente às organizações governamentais, há séculos atrás, surgiu o poder como forma de tentativa de unir as pessoas que viviam em sociedade, visto que era preciso força para cessar um caminho e\ou um líder para assegurar que determinado grupo precisava se desenvolver. Como fonte de direcionamento esses líderes (reis) buscavam uma ordem interna e segurança externa, pois só assim seria possível realizar um bem público, uma coletividade para todos aqueles seres ainda não tão pensantes.

Assim, segundo Cabral (2007, p. 7) “os atos públicos devem representar interesses coletivos, garantir a democratização das relações internas entre seus agentes e a qualidade e efetividade dos seus resultados.” Neste sentido, o poder seria essencial para o desenvolvimento da sociedade como um todo, descobriu-se, então, que um governante por meio de suas ações poderia estabelecer a ordem e que essa ordem gerava benefícios no geral, fomentando o desenvolvimento e o potencial dos grupos, alavancando a sobrevivência e o crescimento pessoal. Dessa forma, surgiu o papel do governante na sociedade, como sendo o principal instrumento de desenvolvimento e responsável por zelar, evoluir e organizar a sociedade.

O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, território e governo soberano. Povo é o componente humano do estado; território, a sua base física; governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e autoorganização. (MEIRELLES, 2002, p.59)

Para Pimenta, Saraiva e Corrêa (2008, p. 3) “o Estado surge como a forma política cristalizada do modelo hegemônico de transformação social nos países capitalistas”. Sendo assim, por meio de suas leis e destinação o estado seria o responsável pela busca progressiva da sociedade de maneira a zelar pelos seus princípios básicos como: a sobrevivência, a saúde, o trabalho, o lazer, a educação e a segurança, direitos sociais que são fundamentais para formar a cidadania, e que foram contemplados pela constituição federal de 1988.

O Estado passa a chamar para si a proteção, não apenas dos direitos individuais, mas, também, dos direitos prestacionais. Neste contexto, fica nítido que o ser humano não necessita, apenas, de condutas negativas por parte do Estado – ou seja, um não fazer por parte deste capaz de garantir à

liberdade da pessoa – mas, também dos direitos fundamentais sociais, caracterizados pelas prestações positivas voltadas à busca do bem comum e da paz social residindo, neste ponto, a sua importância/relevância. (COSTA E FREITAS, 2012, p. 113)

Diante disso, o estado fica corresponsável pelos direitos fundamentais básicos para fomentar o desenvolvimento do ser humano, sendo que o mínimo oferecido por ele é primordial para que o cidadão obtenha o êxito do seu potencial máximo, pois é através desses recursos prestados (serviços) que ocorre a sua formação para com a sua evolução, conseqüentemente, a busca pelo coletivo em prol da formação da sociedade civil.

Assim, o Estado foi constituído para atender as necessidades comunitárias na incessante busca da paz social e do bem comum, sendo que as suas finalidades demonstram a preponderância dos direitos sociais e individuais da preservação da liberdade, da segurança, do bem-estar e do desenvolvimento, alcançados pela igualdade e pela justiça, valores esses observados dentro de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, que busca a harmonia social e a solução pacífica dos conflitos. (SANTIN, 2004, apud COSTA e FREITAS, 2012 p.114).

Com a finalidade de oferecer benefícios públicos aos cidadãos o Estado é uma organização de caráter público, cujos serviços estão disponíveis à sociedade e que por lei é direito do cidadão usufruir desses serviços ofertados, levando em consideração que as organizações objetivam o lucro para que tenham resultados cada vez melhores, o Estado arrecada através de tributos e de empresas estatais com o intuito de garantir o seu desenvolvimento.

As organizações governamentais, que constituem o Primeiro Setor, são constituídas de: órgãos da administração direta (Federal, estadual e municipal); órgãos da administração indireta; empresas públicas; sociedades de economia mista; autarquias; fundações; e estatais afins. (TACHIZAWA, 2007 p.52).

Melo Neto e Froes (2004, p.59) dizem ainda que:

a causa principal da má atuação social do governo está na formulação, implementação e gestão das políticas sociais. Há falta de investimento e predomina a má qualidade do gasto feito no setor, causado pela falta de foco dos programas e projetos sociais e pela ineficiência da execução dos gastos.

É notório o potencial que possui o governo para que desenvolva as atividades da melhor maneira possível, uma vez que o mesmo tem recursos para fomentar e potencializar os projetos sociais, porém, o maior problema encontra-se na forma como é investido o dinheiro, a falta de objetivos claros dos projetos e a forma como lidam com os gastos.

A Biblioteca Virtual de São Paulo (2014, web), define governo como sendo: “composto pelos governantes e órgãos responsáveis pela realização e manutenção da administração pública, cujas funções são atribuídas pela lei”. De acordo com informações da Secretaria dos Direitos Humanos (2016, web):

Políticas Públicas são consideradas o Estado em ação. É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Estas políticas são de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção a partir de processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade, relacionada à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

O governo federal é a autoridade máxima do país, competindo a ele assumir, assegurar e também ditar as regras gerais da sociedade. A constituição federal de 1988 é que rege as competências do Brasil estabelecendo as normas, leis, regras, direitos e deveres da sociedade brasileira. Sendo assim, para exercer todo controle o governo federal é dividido em três tipos de poderes: o legislativo, executivo e judiciário.

O poder legislativo como o próprio nome diz, tem o objetivo de propor, alterar, revogar ou emendar às leis federais, sendo que o povo é quem decide através do sistema de votação e expressa a sua democracia.

Segundo a constituição de 1988, Art 59, o processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas a constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

O poder executivo objetiva executar as leis propostas pelo poder legislativo, tendo em vista que quem exerce esse papel na tomada de decisão é o Presidente da República que é auxiliado pelos seus ministros, uma vez que a democracia foi posta a prova (votação) para que eles representem o povo. Com o poder dos votos fica estabelecido que estes representantes tomarão posse para a melhoria da vida em sociedade, fomentando o desenvolvimento da saúde, educação, segurança, trabalho, direitos humanos, individuais e sociais.

Já o poder judiciário é quem julga os conflitos entre cidadãos, organizações e também o próprio governo. Utilizam das leis criadas pelo legislativo para por em prática os



compromissos para com a sociedade, bem como, fica responsável por julgar se as mesmas foram executadas de fato pelo poder executivo. É composto por vários órgãos, os quais são responsáveis pelos julgamentos das suas atividades, tais como: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional da Justiça, Superior Tribunal da Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais e Juízes Eleitorais, entre outros.

Sendo assim, observa-se a importância do Estado na formação de uma ordem, em que o público dependente e beneficiado, possui, através de programas estatais, direitos básicos para garantir a sua sobrevivência e sua formação como cidadão. Contudo, como o Estado não consegue suprir estas necessidades de maneira efetiva e completa, as pessoas, que se tornaram mais críticas e exigentes, uma vez que não se contentam com os serviços prestados, buscam alternativas para sanar este problema no setor privado.

## **1.2 O Segundo Setor: Mercado privado**

O capitalismo trouxe consigo a necessidade de coisas novas, de desejos, produtos, serviços diferentes e de exclusividade, por isso tornou-se o principal sistema econômico em todo o mundo. As pessoas passaram a aderir a essas novas propostas porque buscam momentos e sensações diferentes, contudo, não era o que o governo oferecia, pois entende-se que o que é público é de todos, logo, não haveria diferença entre quaisquer que fossem as pessoas envolvidas. Identificando essas necessidades dos consumidores, e as relações de trocas, surgiram as empresas privadas, que oferecem produtos e serviços mais modernos, de melhor qualidade e menos burocráticos, pois o pré-requisito para adquiri-lo é apenas um: o dinheiro.

O mercado privado é composto por empresas privadas com fins lucrativos, onde uma ou mais pessoa, de caráter jurídico, produzem serviços ou produtos com a finalidade de obter lucro para a sua própria subsistência, uma vez que o capitalismo gera competitividade e as pessoas querem cada vez mais conquistar a sua independência, conseqüentemente, passaram a possuir o poder (antes centralizado na mão de uma pessoa – Rei - ou do Estado). Agora, elas podem definir e escolher o que é melhor para si (em questões financeiras). Apesar do Estado ainda ser maior, deixou de centralizar os seus serviços, passando agora a ter concorrentes.

Neste sentido Filho (2005, p. 30) explica:

A sociedade tornou-se muito mais complexa para que as suas necessidades sejam satisfeitas exclusivamente por parte do Estado. A cidadania impõe que os indivíduos e as empresas se organizem e atuem concretamente para minorar os problemas e combater as carências. A dignidade humana e a solidariedade são compromissos da Nação consigo mesma, e não um fardo a ser carregado apenas pelas instituições financeiras governamentais. (FILHO, 2005, apud COSTA e FREITAS, 2012, p.124).

O mercado privado chamado de segundo setor é o conjunto de organizações privadas que visam o lucro e possuem um grande potencial competitivo, na sua maioria, maior que as empresas estatais. O consumidor (cidadão), por sua vez, através dos recursos disponíveis particulares, possui o poder de escolha entre os produtos e serviços, uma vez que o Estado, vulgo primeiro setor, apresenta falhas e não consegue suprir essa demanda. Além disso, ressalta-se a importância e potencial do segundo setor pela qualidade dos serviços prestados, uma vez que a saúde pública, por exemplo, que deveria ser algo básico para o cidadão, torna-se escasso e de difícil acesso. É nesta lacuna então que as empresas privadas acabam por oferecer esses serviços de uma melhor forma: atendimento rápido e de qualidade, uma vez que a saúde é fundamental para a sobrevivência, as pessoas acabam por escolher esses serviços mesmo que gerem custos, pois sabem que o resultado será melhor e também mais rápido.

Como explica Tachizawa (2007, p. 56) “em face das mutantes e crescentes expectativas de clientes, de fornecedores, do pessoal interno e dos gestores, a empresa do futuro tem de agir de forma responsável em seus relacionamentos internos e externos.” Com o tempo os consumidores tornaram-se mais exigentes em relação ao que consomem, uma vez que o meio ambiente tem sido devastado pelo homem em busca da produção dos seus produtos. Com isso, passaram a exigir produtos com selo verdes, sustentáveis, produtos que demonstram que as empresas preocupam-se com todo o seu processo, desde a extração da matéria-prima até o descarte do produto. Sendo assim, o mercado privado teve que se adaptar às necessidades dos clientes (e também das próprias empresas) priorizando o meio ambiente.

E para que seus produtos e serviços fossem vendidos cada vez mais, juntamente com a preocupação com o meio ambiente, a responsabilidade social passou a fazer parte desse ciclo e as empresas começaram a utiliza-la como uma forma de estratégia. Segundo Tachizawa (2007, p. 63) “responsabilidade social relaciona-se à governança corporativa e à gestão empresarial em situações cada vez mais complexas, nas quais questões ambientais e sociais são crescentemente mais importantes para o êxito e a sobrevivência nos negócios”.

Segundo Grajew ( 2012, p.11):

O que é responsabilidade social empresarial? Costumo explicar o conceito a partir de uma reflexão sobre a capacidade, ou melhor, sobre com o que todos possuímos de fazer escolhas. Somos seres políticos, fazemos escolhas baseados em nossos julgamentos, princípios e valores. Infelizmente, muitas vezes, não dedicamos tempo suficiente para refletir sobre esse fato, para meditar sobre nossas escolhas e oportunidades, sobre o sentido daquilo que fazemos. Muitas vezes ligamos o piloto automático e fazemos o que estamos acostumados a fazer, o que a sociedade, amigos, a família e o emprego esperam de nós, sem pensar no que realmente queremos, no que tem significado para nós. Não só podemos fazer coisas diferentes das que fazemos atualmente, como também podemos fazer as mesmas coisas, mas de várias formas diferentes.

É muito importante que as empresas tenham responsabilidade social e desenvolvam ações em benefício da sociedade, pois além de ficarem em evidência, acabam se tornando referência em ações sociais o que distingue e pode se tornar um diferencial perante os concorrentes e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Ainda para Grajew (2012 p. 11):

Agir de forma socialmente responsável na vida pessoal, profissional e empresarial é se preocupar com a qualidade do impacto das nossas ações sobre as pessoas. É medir as consequências desse impacto e apenas efetivar ou prosseguir com as ações quando se tem certeza de que elas influenciarão positivamente as pessoas. Parece simples, mas não é.

Contudo, para obter bons resultados, a responsabilidade social é algo intrínseco, independe da sua posição, hora ou lugar para aplicar. Ela deve estar presente em todos os momentos, em qualquer situação. É através dela que ocorre o desenvolvimento e se geram impactos positivos para alavancar a vida das pessoas.

De acordo com Barbieri e Cajazeira (2012, p. 10) “a responsabilidade social da empresa é gerar lucros dentro da lei.” Os autores Barbieri afirmam isso, pois:

Se a empresa está tendo lucro dentro da lei é porque está produzindo um bem ou serviço socialmente importante e, com isso, ela pode remunerar os fatores de produção (capital e trabalho), gerando renda para a sociedade e impostos para os governos que, estes sim, devem aplicá-los para resolver problemas sociais, sendo os mais indicados, para isso.

Assim, gerando lucro perante a lei, as empresas praticam por si só a responsabilidade social, uma vez que o dinheiro gerado pelos impostos pagos por elas é destinado a programas sociais. Dessa forma, a responsabilidade social torna-se de início, um ciclo sem fim, em que ambas as partes devem praticar de forma correta para que as posteriores venham a funcionar e gerar o resultado.

Além da responsabilidade social, as empresas utilizam estratégias de marketing social, que nada mais é do que a promoção de um produto ou serviço vinculado a uma causa pelo qual acreditam e buscam promover.

O termo marketing social apareceu pela primeira vez em 1971, para descrever o uso de princípios e técnicas de marketing para a promoção de uma causa, ideia ou comportamento social. Desde então, passou a significar uma tecnologia de gestão da mudança social, associada ao projeto, implantação e controle de programas voltados para o aumento da disposição de aceitação de uma ideia ou prática social em um ou mais grupos de adotantes escolhidos como alvo. (KOTLER e ROBERTO, 1992, p.25)

Ainda segundo Kotler e Roberto (1992, p. 25) “Marketing social é uma estratégia de mudança de comportamento. Ele combina os melhores elementos das abordagens tradicionais da mudança social num esquema integrado de planejamento e ação, além de aproveitar os avanços na tecnologia das comunicações e na capacidade do marketing”.

As empresas utilizam do marketing social como estratégia para a promoção da sua marca através de uma causa nobre. Mas simplesmente pensar no próximo não é algo inovador. A empresa deve utilizar o marketing social somente se sua atuação na área social puder ser comprovada por meio de suas ações, caso contrário, isso se tornaria uma hipocrisia que ao invés de promover a imagem da marca acabaria por denegri-la.

Sou contra ao marketing da hipocrisia, ou seja, se a empresa não tem conceito sustentável, não está disposta a inovar-se em prol da sustentabilidade, jamais deveria divulgar ser o que não é. Um motivo para não tomar tal ação é pela falta de ética e outra pela proteção a reputação da marca. Sempre: Proteja seu nome e deixe claro quem você é. (KOTLER, 2010, p. 199)

Para Melo Neto e Froes (2004, p.74) “o verdadeiro marketing social atua fundamentalmente na comunicação com os funcionários e seus familiares, com ações que visam aumentar comprovadamente o seu bem-estar social e o da comunidade”.

Dessa forma, os autores acreditam que o bem estar vai além da promoção da sua marca ou da sua empresa, é a iniciativa movida pelo bem comum que acontece dentro da organização e transmite para além dela, refletindo na sua comunidade local, ou ainda mais abrangente, por causas que movem o mundo. É o fazer sem querer mostrar, mas mostrando o porquê da sua existência e o seu comprometimento para com a sociedade.

De acordo com Cides (2009, p.14) marketing é o conjunto das atividades que fazem com que sua empresa venda mais e com maior lucratividade. Esse é o marketing clássico, que é bem diferente do marketing sustentável.

O marketing sustentável deve partir de um planejamento, onde se verifica de que forma poderá ser comercializado um produto ou serviço de tal forma a

não onerar o planeta, mas garantindo atendimento às necessidades do mercado-alvo e resguardando os interesses da empresa. (ZANONE e DIAS, 2015, p.104)

Cada vez mais as empresas estão buscando por vantagens competitivas de forma sustentável. Através do marketing sustentável ou marketing verde elas produzem produtos, serviços ou embalagens que buscam não impactar tanto o meio ambiente. Como por exemplo, novas formulas que contenham menos plásticos ou materiais recicláveis para que se decomponha em um menor espaço de tempo. O marketing sustentável não está relacionado somente ao produto ou serviço, mas também à sua forma de descarte, sendo assim, ensinando os consumidores a não poluir ou descartar de forma correta aquele produto. Dessa maneira, essas organizações contribuem para o desenvolvimento do planeta e ajudam no desenvolvimento dos cidadãos, pois geram, direta ou indiretamente, serviços de coletas e separação de materiais descartáveis como a reciclagem.

Contudo, esta atuação das organizações privadas em áreas como responsabilidade social e ambiental não foi suficiente para suprir às necessidades da sociedade. Neste sentido, a junção das responsabilidades e carências do primeiro setor com as características administrativas do segundo setor, atrelado às necessidades de desenvolvimento e de responsabilidade social, acabaram por formar um novo setor: o terceiro setor.

### **1.3 O terceiro setor – Organizações não governamentais sem fins lucrativos**

A abordagem do assunto não é nova, e sim a sua nomenclatura. O terceiro setor (TS) sempre existiu, pois ele é formado por ações de caridade através das igrejas ou de uma dada comunidade que busca um bem comum: o desenvolvimento social. Essa abordagem surgiu com o intuito de inserir os cidadãos na sociedade, de forma a cooperar com o seu desenvolvimento pessoal e social. Dessa forma, o TS se dá pela necessidade de suprir as falhas do primeiro setor, pois o Estado não é capaz de atender às necessidades locais, os grupos menos favorecidos, que necessitam dessas assistências. Neste sentido, é mais cômodo ao Estado direcionar recursos, ou seja, fazer o repasse de verbas para que instituições do terceiro setor trabalhem em prol do desenvolvimento dessa parte da sociedade, que muitas vezes é vista como marginalizada. Ou seja, como apontam Paes (2010) apud Costa e Freitas (2012, p. 114) “o Estado, por si só, não tem capacidade de gerar o bem-estar social, fomentar o progresso econômico, resguardar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população”.

Possuindo uma finalidade pública de caráter privado, as organizações do terceiro setor não visam lucro. Pensando assim, gerariam dúvidas sobre o porquê dela existir então, pois o “não gerar lucro” está diretamente relacionado a não obter resultados como forma de enriquecimento dos seus diretores, presidentes e membros que a compõem, mas sim todo o lucro arrecadado ser investido na organização em prol do desenvolvimento da sociedade que eles tanto buscam através do trabalho realizado.

Oliveira (2005, p. 86) define o terceiro setor como:

O conjunto de atividades voluntárias, desenvolvidas por organizações privadas não governamentais e sem ânimo de lucro (associações ou fundações), realizadas em prol da sociedade, independentemente dos demais setores (Estado e mercado), embora com eles possa firmar parcerias e deles possa receber investimentos (públicos e privados). (OLIVEIRA, 2005, apud COSTA e FREITAS, 2012, p.125)

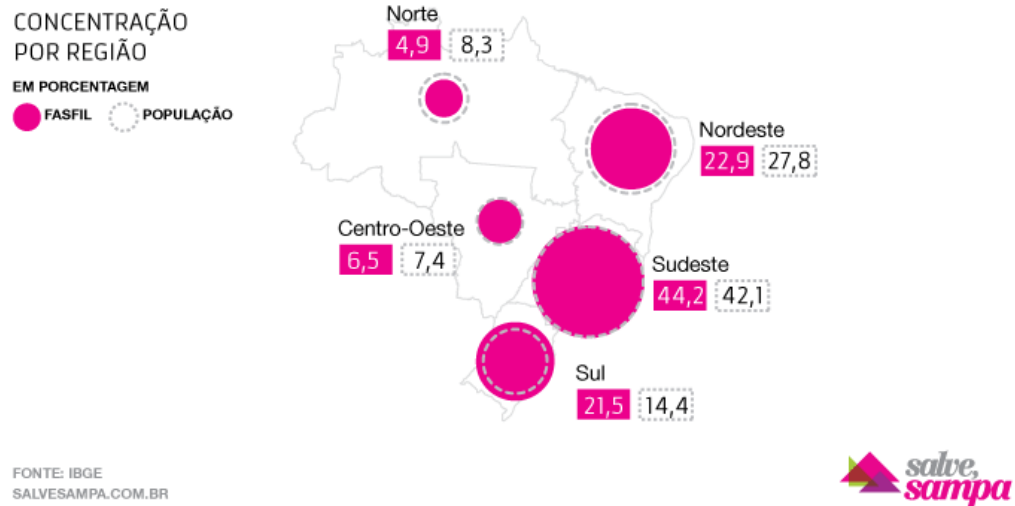
Outra definição para terceiro setor é apresentada por Paes (2010),

Portanto, terceiro setor é aquele que não é público e nem privado, no sentido convencional desses termos; porém guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o terceiro setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem objetivo de lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal). (PAES, 2010, apud COSTA e FREITAS, 2012, p.125)

Dados do IBGE (2010) mostram que as Fasfil – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos “concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5)”, conforme figura 1.

Figura 1 - As instituições de TS por região e população no Brasil

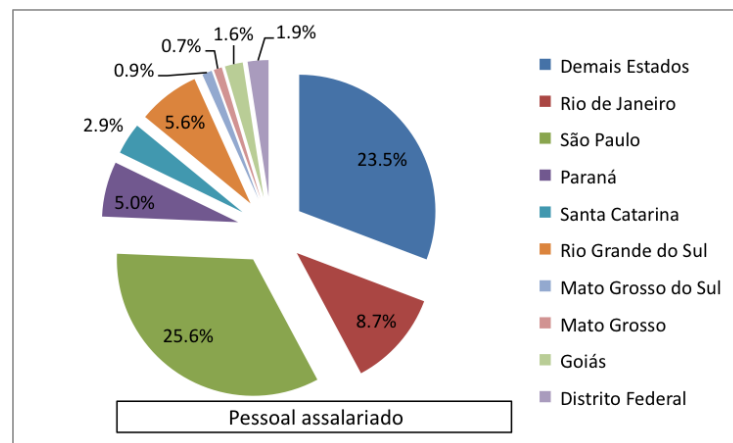
## AS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL (FASFIL)



Fonte: IBGE (2012)

O setor não lucrativo (terceiro setor) no Brasil, em 2010, representava um PIB nacional de 5%, mostrando que a população vem dando cada vez mais importância para esse segmento, uma vez que o desenvolvimento social está sendo bem visto pelas pessoas, que através de doações ou até mesmo serviços voluntários contribuem para que esse progresso continue a acontecer.

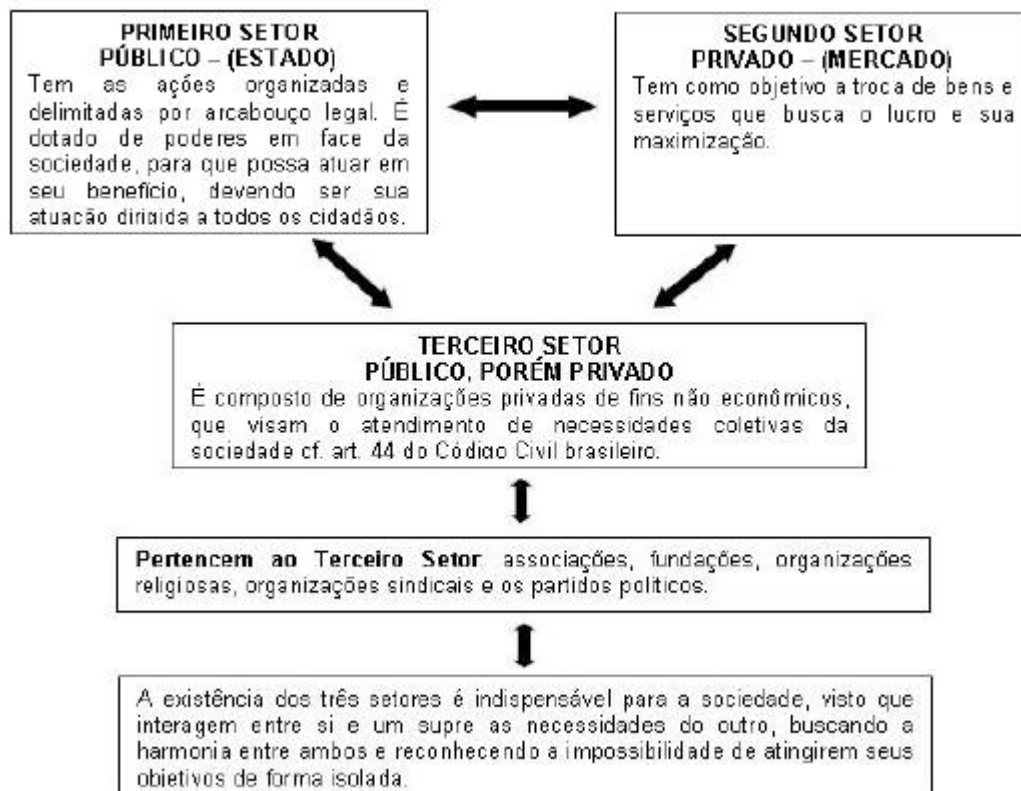
Gráfico 1- Pessoal assalariado por Estado no Brasil



Fonte: IBGE, 2012

A existência e o elo entre os três setores mostra a relação na qual eles se interligam, a junção do primeiro e do segundo setor para a formação do terceiro setor, bem como as áreas de atuação do mesmo, identificando que as falhas de um pode se tornar a existência do outro para que essas lacunas sejam preenchidas e findadas para um bem comum.

Figura 2 - Demonstrativo da interação dos três setores



Fonte: BENTO (2010, p. 25)

Como exposto, pouco se conhece sobre o termo, mas muito se tem ouvido falar como uma das novidades em termos de políticas públicas e até mesmo como provisão de serviços sociais. De fato, o chamado terceiro setor é algo novo no cenário acadêmico brasileiro. Como explica Fernandes (1994) definir terceiro setor não é uma tarefa fácil. Primeiro, por se tratar de um termo novo no Brasil, e ainda pouco explorado. O termo terceiro setor foi utilizado pela primeira vez no Brasil por Rubens César Fernandes em sua obra “Privado, porém Público”.



Segundo Meregé (2009, p. 51), “O terceiro setor é constituído por organizações criadas por iniciativas privadas que geram bens e serviços de caráter público”. Associações e entidades sem fins lucrativos, este é o conceito do termo terceiro setor ou *Third Sector* como é chamado nos Estados Unidos, de onde se originou o termo que é utilizado com o mesmo nome no Brasil. Como explica Wolfe (1992, p. 37) “marcando um espaço de integração cidadã, a “sociedade civil” distingue-se, pois, do Estado, mas, caracterizando-se pela promoção de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer, um terceiro setor”. Desta maneira, o que caracteriza o terceiro setor é a grande participação de voluntários com o objetivo de contribuir por uma causa sem interesses individuais e sim coletivos, cujas ações se diferenciam do Estado, pois são voltadas para suprir a lacuna deixada pelo primeiro setor, em busca de um bem comum. Sendo assim, o terceiro setor existe pelo fato de o primeiro setor (governo), e o segundo setor (empresas privadas) deixaram de atender uma determinada demanda de serviços à sociedade civil.

Com um papel fundamental na sociedade o TS tende a chegar e/ou alcançar aonde o governo não chega, com ações solidárias e voluntárias, e suprimindo a lacuna deixada pelo primeiro setor. Portanto, é extremamente e de fundamental importância para a sociedade. Diversas organizações fazem parte do terceiro setor, ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). E que podem ser mantidas por iniciativas privadas ou mesmo com incentivos do Governo, com o repasse de verbas públicas. É muito comum que instituições do terceiro setor se encontrem envolvidas com obras de filantropia, uma vez que seu objetivo principal é melhorar a qualidade de vida dos necessitados, sejam eles adultos, crianças, o meio ambiente, os animais e etc.

Pode-se dizer que o "terceiro setor" é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1996, p. 35)

Sobretudo, as principais características deste setor estão na grande participação voluntária e sem subsídios do governo, na ação filantrópica que visa suprir uma necessidade cujo governo deixou de atender, por meio da caridade e da participação de pessoas que incorporam e cooperam para que a cidadania seja cumprida na sociedade.

## **CAPÍTULO 2 - O TERCEIRO SETOR NO BRASIL**

### **2.1 Considerações sobre o terceiro setor**

Viver em sociedade sempre foi adaptar-se às mudanças e às diversidades. A sociedade desenvolveu-se, porém, não de forma igualitária. Sempre existiram diferenças sociais, culturais e financeiras entre os cidadãos e os mais desprovidos de recursos são os mais prejudicados em relação ao acesso a serviços básicos como saúde e educação de qualidade. O Estado que deveria oferecer os direitos sociais e básicos para todo cidadão, como: saúde, educação, segurança e lazer, muitas vezes não cumpre seu papel, principalmente em países subdesenvolvidos onde não consegue suprir a sua demanda. Como resultado freia o seu IDH – índice de desenvolvimento humano e, diretamente, o desenvolvimento para essa nação ou parte da sociedade: os menos favorecidos.

O Estado que deveria criar condições favoráveis à população e suprir suas necessidades básicas de subsistência como saúde, educação, segurança, cria mecanismos para eximir-se de suas obrigações, respaldado por um ideário neoliberal que se utiliza da sociedade civil organizada para legitimar sua ausência. (NOGUEIRA, 2004, apud PARENTE, 2008, p. 121)

Denomina-se, portanto, o Estado, como sendo o primeiro setor. Esse, por sua vez, representado por prefeituras, governos, presidência e órgãos diretamente ligados a eles, de caráter público, que existem para suprir e fomentar o desenvolvimento dos cidadãos. Paralelamente a isso, existe também o segundo setor, sendo representado pelo mercado (empresas particulares) possuindo assim, caráter privado, que tem por objetivo conquistar uma fatia cada vez maior da sociedade oferecendo produtos e serviços com a finalidade de gerar lucro. Por decorrência da falta de equilíbrio entre o Estado, a sociedade e das falhas existentes na administração pública, surgiu o terceiro setor, com o intuito de suprir as necessidades do Estado, porém, sendo de origem privada e sem fins lucrativos para que haja um potencial de desenvolvimento nas áreas em que o Estado não oferece recursos suficientes.

De acordo com Fernandes (1994, p. 21), “essas organizações provêm da iniciativa privada produzindo bens e serviços públicos para o consumo e serviços públicos para o consumo coletivo criando ganhos e satisfazendo as necessidades de todo o povo.” Ainda segundo Fernandes (1994, p. 21) “o terceiro setor denota um conjunto de organizações e

iniciativas privadas que visam à produção de bens de serviço de mútua ajuda. Este é o sentido positivo da expressão. ‘Bens e serviços públicos’, neste caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem às necessidades coletivas.”.

Sabendo então quais os fundamentos para o desenvolvimento do terceiro setor, deve-se voltar um pouco no tempo para saber como ele surgiu e a sua origem no Brasil. De acordo com Parente (2008) os Estados Unidos foram os pioneiros a utilizar o termo terceiro setor assim como alguns países da Europa. O terceiro setor surgiu com grande força em meados das décadas de 1970 e 1980, contando até mesmo com uma relação mais efetiva com o poder público e até mesmo com algumas empresas do setor privado. Outra característica importante era que nos Estados Unidos o terceiro setor se fortaleceu com um histórico de voluntariado muito arraigado, inclusive com forte incentivo das empresas.

Segundo Coelho (2002, p. 21):

os Estados Unidos são o país onde o terceiro setor mais se desenvolveu, em virtude [...] de uma cultura política voltada para o associativismo e o voluntarismo. O terceiro setor americano é, portanto, segundo a visão de vários analistas, um parâmetro mundial de comparação.

O terceiro setor tem crescido em todo o mundo e com este crescimento repentino o termo passou a ser visto de uma forma não muito benéfica, pois tornou mais visível as lacunas que o governo deixava e que se tornavam problemas sociais. Sendo assim, passou a incomodar e gerar certo desconforto ao governo em virtude do contexto no qual o terceiro setor se desenvolve.

Anteriormente nos Estados Unidos eram utilizadas duas outras expressões que se assemelham com o que já está se tornando habitual no Brasil. Como explica Fernandes (1995) a primeira refere-se a “organizações sem fins lucrativos” (*no profit organizations*), definição atribuída a instituição cujos benefícios financeiros não podem jamais ser distribuídos entre seus diretores e associados. A outra expressão semelhante à primeira refere-se a “organizações voluntárias” cujo sentido é complementar ao anterior. Se não há lucro entre os seus diretores e acionistas, entende-se que o surgimento é fruto de um ato dos seus fundadores, não sendo proveniente de uma iniciativa governamental, porém de um ato voluntário, no qual acredita-se que dure por um tempo indeterminado, uma vez que existe um grande número de adesões em prol de uma causa que não é devidamente atendida pelo governo.

A lei inglesa, tradicionalista como é, usa uma expressão mais antiga para designar nosso objeto. Fala de “caridades” (*charities*), o que remete a memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto da doação (de si para o

outro) que caracteriza boa parte das relações idealizadas neste campo. (FERNANDES, 1995, p. 30).

Fernandes (1995) ainda aponta que na Europa Continental, predomina-se a expressão “organizações não-governamentais” (NGOs ou ONGs, em português). Sua origem veio por intermédio da nomenclatura e está ligada ao sistema de representações das Nações Unidas. São organizações internacionais que, embora não representem seus países de origem, pareciam significativas o bastante para justificar uma presença formal na Organização das Nações Unidas (ONU). Nos anos de 1960 e 1970, foram formulados os programas de cooperação internacional para o desenvolvimento estimulado pela ONU, que fez com que as ONGs europeias realizassem parcerias em vários países no mundo, fomentando o surgimento de filiais no Hemisfério Sul.

Com base em Abreu (2010) as organizações que hoje atuam no terceiro setor não surgiram no século XX ou XXI. Na América do Norte e na Europa, e até mesmo na América Latina, os chamados movimentos associativos tiveram sua origem nos séculos XVI e XVII, com um caráter religioso ou político. Esta situação pouco se alterou nos séculos seguintes, porém a partir de 1800, começam a surgir às primeiras associações patronais e os sindicatos de trabalhadores; estes últimos que posteriormente acabaram por criar os primeiros partidos políticos que viriam a defender seus interesses no âmbito da política pública do Estado. Com início da segunda guerra mundial, surgiram grandes transformações políticas e sociais em todo o mundo contribuindo para que novos agentes sociais entrassem em cena.

Sendo assim, as várias necessidades que a sociedade possui para fomentar seu desenvolvimento e, conseqüentemente, tentar suprir as demandas do estado, estão diretamente ligadas às questões de abrangência do plano social inserido naquele país, estado, cidade ou bairro. Pensar nos problemas que a sociedade enfrenta devido às lacunas do governo e na falta de uma abordagem mais contundente, é pensar em formas de atuação de acordo com o que se enquadra como relevante para aquela parte de um todo.

Neste sentido, o terceiro setor abrange várias áreas em que o estado mostra-se falho: na educação, nas responsabilidades sociais comunitárias, nas coletas de lixo e suas reciclagens/reuso, bem como em formas de qualificar pessoas que possuem pouco acesso à educação e qualificação profissional. Grupos voltados à terceira idade para o combate ao sedentarismo, para a confecção de produtos (artesanatos) com a finalidade de conhecimento e entretenimento para os seus colaboradores voluntários, que de um lado sofrem com a solidão pela falta da presença da família e por outro lado, oferecem roupas e artigos para pessoas que

não têm condições financeiras de adquiri-las. Diante do exposto, fica claro que o terceiro setor é na verdade, um reflexo de ações que resulta em reações de uma dada comunidade que buscam preencher uma lacuna que deveria ter sido preenchida por outros setores.

O objetivo das instituições de terceiro setor não é somente ajudar as pessoas que se encontram em situações precárias, que precisam de alguma caridade. O trabalho visa sim à caridade em prol dos menos favorecidos, porém, vai além do dar a quem precisa. As instituições ensinam através de projetos sociais a formar cidadãos melhores, com uma participação ativa na sociedade, na formação da sua moral, do encontro dos seus princípios, do resgate de uma cultura e a inserção deles em novas culturas, em realidades distintas para que eles tornem-se melhores, busquem conhecimento e cresçam.

Essas formas de desenvolvimento fazem com que o cidadão torne-se alguém melhor e passe adiante como ser alguém melhor para a sociedade. As instituições de terceiro setor que atuam na área educacional, por exemplo, resgatam princípios culturais em que ensinam através da arte, sendo ela disseminada de várias formas como a dança, a música, o teatro, o artesanato, que por trás de tudo isso, procura introduzir valores morais e éticos, estando muitas vezes não explícitos, mas ensinando a ter disciplina e respeito, através do esporte, a união, com a música, a valorização de uma vida, com as realidades teatrais e a dignidade do trabalho, através do artesanato. Sobretudo, dando uma oportunidade para que o participante possa se sentir valorizado e inserido na sociedade, sendo capaz de atuar no mercado de trabalho, tendo contato com a tecnologia através de cursos, ou seja, o que para muitos é algo que talvez fosse muito difícil de acontecer.

Outro propósito das instituições de terceiro setor é diminuir a criminalidade nas zonas mais periféricas da sociedade em se tratando de educação, estimulando as crianças a se desenvolverem e ter uma vida mais digna através desses projetos. Já na área de saúde, visam estimular melhores condições de saúde e higiene para que se desenvolvam de forma saudável, alimentem-se de maneira melhor e aprendam também a produzir os alimentos, ensinando, assim, habilidades de plantio (novas culturas) para esses jovens. Contudo, essa renovação na cabeça no cidadão é a forma como ele será inserido na sociedade (nova para ele), mas que é um direito básico que o Estado deveria oferecer para todos.

## **2.2 As ONGS: definição, histórico e tipos**

A evolução da sociedade, bem como os avanços tecnológicos hoje existentes, proporciona, por um lado, um avanço para a sociedade, pois essas mudanças repentinas e o desenvolvimento acelerado faz com que as pessoas tornem-se mais ágeis no seu dia-a-dia, devido à facilidade do acesso e a velocidade das informações. Por outro lado, a sociedade menos favorecida, ou seja, pessoas mais carentes de recursos financeiros, materiais e tecnológicos que também necessitam ser inseridas nesse mundo globalizado e moderno, não dispõem de recursos que para muitos é comum. É aqui, que novamente o terceiro setor tem um papel fundamental.

Tachizawa (2006, p.312) define as ONGs como:

Organizações não governamentais (ONGs) são entidades de natureza privada (não públicas) sem fins lucrativos, que juridicamente ou são associações ou fundações. Nesse tipo de organização enquadram-se, também, as organizações da sociedade civil (OSCs), organizações sociais (OSs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

Conforme Montano (2010, p. 271) “as ONGs passaram, paulatinamente, na década anterior, a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-se de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular”. Logo, as ONGs foram se desenvolvendo e conquistando cada vez mais espaço e, salientando a sua importância pelas lutas e causas em prol das suas crenças e objetivos.

As ONGs devem operar, em termos de estrutura interna, obrigatoriamente, com órgão de natureza deliberativa (Assembléia Geral) e órgão de natureza decisória (Diretoria, que pode ser denominada, também, de Conselho Administrativo). A criação de Conselho Fiscal, por outro lado, é obrigatória em certos casos, diferentemente do Conselho Consultivo, cuja constituição é sempre facultativa. A denominação de tais órgãos é mera questão semântica, que pode variar de uma situação para outra. Da mesma forma, a quantidade de órgãos e de níveis hierárquicos irá depender, fundamentalmente, do porte e volume de atividades desenvolvidas no âmbito da organização (TACHIZAWA, 2006, p.312)

Segundo Naves (2005, p. 570) apud Machado (2012) no Brasil, as ONGs são um fenômeno recente, “nascem calcadas no modelo norte-americano e dentro de circuitos de cooperação global”. Por mais que as entidades filantrópicas e assistenciais passaram a se declarar como ONGs na década de 1980, Landim (1993), afirma que elas já existiam desde 1960 e 1970. Porém, somente em 1980 é que se declararam como sendo organizações não governamentais, sendo assim, muitos acreditando que o seu surgimento se deu nessa época, pois foi quando o termo começou a se tornar mais popular, gerando então uma identidade para essas entidades do terceiro setor.

Assim, como explica Tachizawa (2006, p. 312) a diretoria de uma ONG pode ser composta apenas por um único membro, entretanto, pode ser exercida de forma colegiada, tornando assim um modelo de gestão mais democrático e participativo. Todavia, isso depende do que está disposto no contrato social da ONG. Os membros da diretoria são eleitos ou designados, conforme dispõe o seu estatuto.

O papel que as organizações do terceiro setor ocupam na sociedade abrange várias áreas sociais. Segundo pesquisa do IBGE e FASFIL (2012) em 2010, havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). Como exposto no gráfico 2.

Gráfico 2 -Atuação do TS por áreas no Brasil

## ATIVIDADES DAS FASFIL



FONTES: IBGE  
SALVESAMPA.COM.BR



Fonte: IBGE, 2012

Existem vários segmentos para a existência das ONGs. Cada uma exerce a sua finalidade de acordo com o seu estatuto (sua razão de ser), podendo abranger vários setores cujo governo não consegue atender. De acordo com o PMD Pro – Gestão de Projetos para o Desenvolvimento (2016,web): “De portes diversos, as ONGs se estruturam e desenvolvem suas atividades conforme o foco de interesse, objetivos e abrangência e sobretudo o impacto que desejam criar”.

As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formam redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p.192)

Portanto, pode-se pontuar algumas áreas de atuação das ONGs de acordo com seus interesses e o tipo de impacto com o qual desejam proporcionar na sociedade, tais como:

- Assistência social;
- Cultura;
- Saúde;
- Meio ambiente;
- Desenvolvimento e defesa de direitos;
- Habitação;
- Educação e Pesquisa.

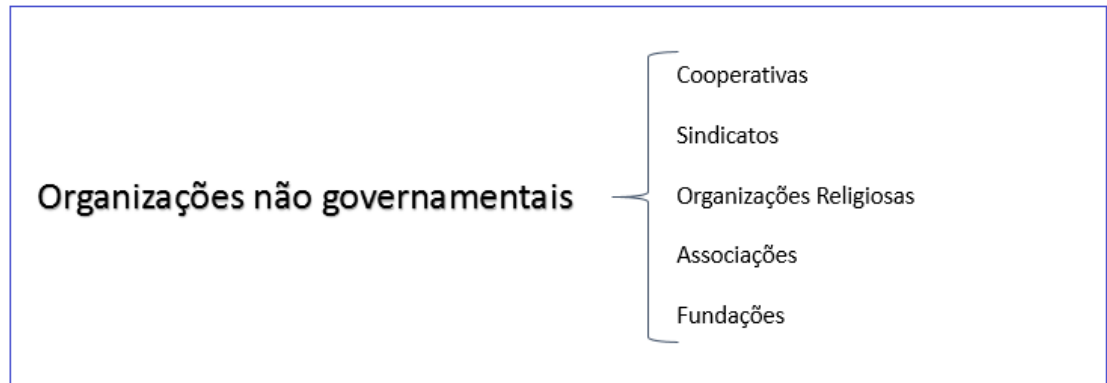
Entretanto é preciso que os idealizadores se atentem ao marco regulatório do terceiro setor (2014) no qual define e regulamenta as ONGs que passam a ser chamadas de OSC (Organização da Sociedade Civil) de acordo com a estrutura e a forma como serão geridas.

OSCIP é uma qualificação jurídica dada a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria. (CARDOSO, 2014, P.10)

Para o presente trabalho foram escolhidas para serem detalhadas, devido à sua relevância social, os seguintes desmembramentos das ONGs: cooperativas; sindicatos; organizações religiosas; associações; e fundações. Dando ênfase em especial às fundações por se tratar do foco da pesquisa.



Figura 3 - Desmembramentos das ONGs



Fonte: elaboração própria.

### 2.2.1 Cooperativas

Segundo a Lei nº 5.764 /71, que define a Política Nacional de Cooperativismo, “Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. A constituição de uma cooperativa se dá pela união de trabalhadores ou profissionais diversos, cuja associação ocorre por iniciativa própria e caracteriza-se por diversos tipos: de serviços comunitários, de consumo, de trabalho, de agropecuárias e agroindústrias, de mineração, habitacionais, de produção, educacionais, de crédito, especiais entre outras.

De acordo com Cardoso (2014) as cooperativas são consideradas uma sociedade de natureza civil, sua formação deve ser composta por no mínimo 20 pessoas, e sua gestão é democrática e participativa, seus associados, seus líderes, e gestantes são responsáveis tanto pela gestão como pela fiscalização da cooperativa. O autor divide o cooperativismo em 13 ramos, são eles: cooperativas agropecuárias, cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, cooperativas educacionais, cooperativas especiais (sociais), cooperativas de habitação, cooperativas de infraestrutura, cooperativas de mineração, cooperativas de produção, cooperativas de saúde, cooperativas de transporte, cooperativas de turismo e lazer, e cooperativas de trabalho.

Segundo Zylbersztajn (1994 p.2):

Em suma, as cooperativas são casos especiais em que o controle não é consequência dos riscos associados ao direito de propriedade sobre o resíduo. Estando todos os membros em igual condição de negociação, resultam maiores custos de transação e maiores períodos referentes ao processo de tomada de decisões. Se a cooperativa é integrada verticalmente, e compete no mercado com empresas não-cooperativas, o problema de eficiência da gestão passa a ser mais importante.

As cooperativas são vantajosas para seus associados ao que diz respeito às suas relações de trabalho. Sendo que os próprios associados podem trabalhar na direção das atividades, representando coletivamente os interesses dos associados, asseguram direitos iguais a todos os sócios cooperados, desenvolvem o intelectual dos associados e seus familiares com programas que incentivam a educação ou parcerias com instituições, bem como negociam melhores preços e prazos com fornecedores, e dependendo do seu segmento, até mesmo melhores taxas para financiamentos e créditos.

### **2.2.2 Os Sindicatos**

O Sinpefepar - Sindicato dos profissionais de Educação Física do Estado do Paraná (2011, web) define sindicato como:

Uma associação de trabalhadores tendo como função defender os seus interesses e direitos profissionais e de sua cidadania. Cada trabalhador é livre de participar na constituição de um sindicato e dele se tornar sócio, sendo o conjunto dos trabalhadores organizados num sindicato livre de estruturar e regular o seu funcionamento e definir as formas e os objetivos da ação coletiva. Os sindicatos assumem atualmente um papel primordial na nossa sociedade face às graves crises nacionais a que assistimos. Nas sociedades modernas, a organização segundo interesses comuns é cada vez mais uma necessidade.

Para Santana (1999) o sindicalismo antes de 1964 era denominado sindicalismo populista, posterior a essa data, com o fim da ditadura, e o avanço do capitalismo, o sindicalismo passou a ser denominado de novo sindicalismo.

Segundo Cardoso (2014, P.1):

O movimento sindical brasileiro viveu, ao longo dos anos 2000, um aparente paradoxo. De um lado, na grande imprensa e em parte do debate acadêmico, leu-se e ouviu-se que o sindicalismo estava em crise no país, como no resto do mundo todo. A crise seria multidimensional, relacionada tanto com a eficácia da ação propriamente sindical (de representação dos trabalhadores junto aos patrões) quanto com os aspectos expressivos e identitários do movimento; responsável, por exemplo, pela construção de visões de mundo alternativas ou transformadoras.

Percebe-se que hoje a existência dos sindicatos independente da sua categoria ganhou forças por lutar pelos direitos dos trabalhadores, sobretudo, com o objetivo de melhorar a sua classe, bem como conquistar direitos relacionados a melhores condições de trabalho, jornadas, piso salarial e benefícios. Os sindicatos possuem também direito a greve caso não entre em acordo com a categoria em relação a algum benefício que acreditam ser direito dos trabalhadores.

### **2.2.3 Organizações religiosas**

Segundo Monello (2016, web) a organização religiosa é uma pessoa jurídica de direito privado constituída por pessoas físicas ou jurídicas que professam uma religião segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé, na vivência do culto divino, de um carisma, de uma ideologia, de uma filosofia de vida que lhes forneça o fundamento para suas iniciativas religiosas, educacionais, assistenciais e outras. Elas são resultado da confissão e vivência da fé de seus membros ou integrantes e são constituídas sob o manto confessional, são portadoras de direito próprio que regula e disciplina sua vida e atividades, tendo como exemplos: Igrejas, Dioceses, Prelazias, Mitra, Ordens, Congregações, Institutos de Vida Consagrada, Institutos de Vida Apostólica e outras.

Estas organizações também surgem com o propósito de preencher alguma lacuna gerada pelo Estado, entretanto, sua motivação para exercer esse papel social é cerceada pela fé. Nesse sentido, Burity (2007 p.9) afirma que:

a contribuição possível ou empiricamente identificada da vivência religiosa ou da atuação de organizações religiosas no agenciamento de soluções ou 'saídas' para os graves problemas sociais característicos da sociedade brasileira e recentemente enfeixados no par 'exclusão/inclusão social'. Desta admissão resulta uma aproximação tentativa, de ambas as partes, com vistas a lançar mão da religião (vivenciada ou institucionalmente mediada) como recurso de mobilização social, implementação de ações de promoção de inclusão ou cidadania, e/ou representação de interesses sociais setoriais.

Dessa forma, as organizações religiosas atuam em diversos campos sociais e educacionais, pautadas em seus preceitos religiosos, e buscam ofertar oportunidades de desenvolvimento à população mais carente. Contam com o apoio voluntário da comunidade

por meio de trabalhos práticos e do arrecadamento de verba para dar continuidade a essa iniciativa.

#### **2.2.4 Associações**

Uma das iniciativas mais comuns no terceiro setor é composto pela criação de associações. Cardoso (2014 p.7) salienta que:

Associação, em sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos.

Segundo a lei nº 10.406/2002, art. 53, as associações se constituem pela união de pessoas que se organizam sem fins econômicos. Ainda sobre a jurisdição das associações o artigo 54 aponta que:

Art. 54 – Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterà:

- I - a denominação, os fins e a sede da associação;
- II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III - os direitos e deveres dos associados;
- IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
- V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

As associações são de extrema importância para o terceiro setor, trata-se de um segmento que oferece inúmeros “serviços” e apoio a uma certa comunidade. No Brasil, existem algumas associações famosas como AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente, criada em 1950. As associações diferem-se em suas prioridades, podendo ser auxílio educacional, médico, social e de cunho esportivo a um grupo específico como: pessoas com deficiência; professores, médicos, crianças carentes, etc.

De acordo com a Lei nº 6.015/73 (artigos 120 e 121) para registrar uma associação são necessários os seguintes documentos: 1 Ata de Fundação; 2 Duas vias do Estatuto; 3 A relação dos associados fundadores e dos membros da diretoria eleita; 4 Ofício encaminhado ao cartório.

Cardoso (2014) relata os passos a serem realizados para a criação de uma associação. A primeira fase é chamada de sensibilização, ela é caracterizada pelo contato inicial com as pessoas envolvidas, no qual buscam levantar o maior número de informações sobre o tema. A segunda fase é composta pela constituição, trata-se da assembleia de constituição, é uma fase formal que compõe o processo de legalização da instituição, é também nessa fase que são escolhidos o nome e o local da sede. A terceira fase é intitulada pré – operacional, nesse momento os associados dão início aos procedimentos que vão definir a estruturação, como criação de contas bancárias, alvarás necessários, etc. Por fim, a fase quatro, denominada de fase operacional, onde se iniciam as atividades.

## **2.2.5 Fundações**

Se por um lado as associações se caracterizam pela união de pessoas, as fundações por sua vez, se caracterizam pela organização de um patrimônio com algum objetivo determinado. Como explica Andrade (2002, p. 37) “Ou seja, nas fundações há um capital disponível para a realização dos objetivos, enquanto nas demais instituições há o objetivo em comum, porém muitas vezes ainda falta a fonte de recursos para a sua realização.”

De acordo com Szazi (2003) as fundações compreendem um patrimônio sem intuito de lucro que objetiva servir uma causa de interesse público determinada. A Lei nº 10.406/02 do novo código civil, nos seus artigos 62 a 69 versa sobre as normas relativas às fundações. O art. 62 estabelece que as fundações devem existir apenas para fins morais, culturais ou de assistência.

As fundações podem ser constituídas de duas formas: por ato intervivos, com uso de uma Escritura Pública, ou por mortis causa, utilizando-se o testamento deixado. Em ambos os casos, o Ministério Público se faz presente. Para sua criação, é necessária a reserva de bens livres (propriedades, créditos ou dinheiro) legalmente disponíveis, a indicação do fim lícito e o modo de administração. É imprescindível a definição das finalidades essencial e específica da fundação (ARAÚJO; CARENHA, 2009, p.3)

A constituição de uma fundação pode ser realizada por indivíduos, empresas e também pelo poder público. O Manual do terceiro setor, promovido pelo instituto Pro Bono (S/D, p.11) ressalta que é importante “que exista uma declaração de vontade clara do fundador para a constituição da fundação, especificando os bens destinados a formar seu patrimônio e os seus fins.” O instituto ainda afirma, que esses bens devem ser suficientes para corresponder os objetivos da fundação, caso não seja, estes bens podem ser incorporados por outras instituições, desde que, ambas tenham finalidades idênticas.

Dados disponíveis no relatório do BNDS (2001) demonstram que as contribuições das empresas no terceiro setor foi crescente nos últimos anos, principalmente com as fundações e instituições a elas vinculadas. O relatório também afirma que dessa maneira as empresas passam a ser de extrema importância no terceiro setor, pois são capazes de gerir seus projetos sociais.

No Brasil, existem várias fundações de extrema importância. A FAPESP, por exemplo, é a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo, responsável por financiar pesquisas, projetos, e bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação. É uma fundação do estado criada para fomentar a pesquisa.

Em Marília, cidade onde foi realizada esta pesquisa, segundo dados do IBGE (2010), existe 390 fundações privadas e sem lucrativos. Entre todas essas fundações existentes na cidade, a fundação escolhida para ser o foco dessa pesquisa foi uma instituição de ensino que objetiva promover educação e profissionalização a crianças, jovens e também aos adultos. Atualmente, ela está presente em mais de 40 cidades no Brasil e como será apresentado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3 – PESQUISA DE CAMPO – O TERCEIRO SETOR EM MARÍLIA/SP**

### **3.1 Dados primários**

Dados primários são aqueles que ainda não foram coletados, cujas informações são buscadas diretamente na fonte, conseqüentemente, tornam-se dados mais difíceis, pois ainda não foram explorados. Eles são pesquisados com o objetivo de atender às necessidades específicas de uma dada pesquisa em andamento.

Para utilização desses dados foi aplicada uma pesquisa de campo em uma instituição de terceiro setor, cujo segmento é o ensino (escolar). Através da entrevista realizada com um dos membros da instituição levantou-se as informações necessárias para responder aos objetivos primários e secundários do projeto.

### **3.2 Dados secundários**

Dados secundários são aqueles dados que já foram coletados anteriormente e estão disponíveis ao público mediante acervos na internet. As fontes destes dados incluem livros, periódicos, censos, biografias, artigos e bancos de dados na internet. Os dados secundários servem de complemento para as ideias e as defesas dos autores de acordo com o seu ponto de vista. Dessa forma, autores que abordam os temas de Terceiro Setor e responsabilidade social, bem como o marketing sustentável usado pelas instituições e seus produtos visando um bem comum e o papel do Estado e das instituições privadas.

### **3.3 Objetivos primários e secundários**

#### **3.3.1 Objetivo primário**

O presente trabalho tem como objetivo conceituar o que são as organizações do terceiro setor e apresentar as contribuições de uma instituição educacional sem fins lucrativos para a cidade de Marília.

### **3.3.2 Objetivos secundários**

A Pesquisa de campo teve como objetivos secundários a serem respondidos:

- Apresentar a razão da instituição existir e qual o porquê da cidade de Marília ser escolhida para ter uma de suas unidades;
- Analisar como a instituição contribui para o desenvolvimento da sociedade local e das demais unidades dela instaladas;
- Identificar quais os benefícios e os interesses que a empresa privada que mantém essa instituição recebem exercendo responsabilidade social;
- Verificar quantos alunos já se formaram na instituição até hoje e o percentual de quantos já foram encaminhados para o mercado de trabalho.
- Verificar se recebem algum recurso do governo local, estadual ou nacional;
- Apresentar quais os critérios de seleção para tornar-se aluno e de forma a sociedade carente é priorizada nesse processo;

### **3.4 Universo, Amostragem e Metodologia**

Em Marília, de acordo com o Censo 2010 existem 390 organizações sem fins lucrativos. Especificamente na área educacional e de pesquisa são 25 fundações, que correspondem ao universo da pesquisa. Como amostra para realização da pesquisa foi escolhida uma Instituição de ensino que se encontra na Zona Norte da cidade de Marília/SP. Esta fundação foi escolhida pois, a empresa privada que a mantém, iniciou as suas atividades na cidade de Marília. Portanto, seria interessante identificar de que forma eles contribuem para a sociedade local e o seu desenvolvimento na área educacional.

Para realizar a pesquisa foi entrevistado um dos funcionários responsáveis pela instituição, que possui um vasto conhecimento sobre a mesma. O questionário foi enviado via e-mail para a aplicação no dia 24 de Outubro de 2016, para que o entrevistado tivesse condições de responder às perguntas com mais tranquilidade.



### **3.5 A Fundação**

Fundada em 1956 com o objetivo de promover através da educação a inclusão e o desenvolvimento social, tornou-se uma das pioneiras em investimento social privado no Brasil através de um ensino de educação de qualidade, buscando transformar vidas.

Em 1962 esta instituição inaugura sua primeira escola na cidade de Osasco, onde contava com apenas 289 alunos e 7 professores; nos anos 80 acontece a inauguração de mais duas escolas: inauguração das escolas de Ceilândia (DF) e de Bodoquena (MS), passando a atuar em todas as regiões do país.

Entretanto na cidade de Marília sua inauguração foi em 1994, pois havia na cidade uma demanda muito grande de alunos com pouca ou mínima infraestrutura financeira na região da zona norte. Com uma missão de fornecer educação de qualidade aos alunos socioeconomicamente desfavorecidos, sejam crianças, jovens ou adultos, agregando uma maior qualidade à formação intelectual dos alunos dessa região, sobretudo, permitindo que sejam cidadãos mais críticos e preparados para o mercado de trabalho.

Já em 1998, a instituição inova e se torna a primeira instituição a lançar o primeiro curso de informática para deficientes visuais do Brasil. Com 60 anos de vida, hoje a instituição é referência em educação e infraestrutura com excelência.

Portanto, é notório o interesse da instituição em formar pessoas melhores e abrir novas portas e oportunidades para aquelas famílias menos favorecidas. Nos últimos 10 anos foram investidos cerca de R\$ 5,04 bilhões beneficiando cerca de 102.182 alunos somente no ano de 2015.

Por conseguinte, a escolha por essa instituição se justifica pelo seu grande potencial em desenvolvimento de ensino, atrelado à organização privada que possui um grande nome no mercado brasileiro.

### **3.6 Modelo de pesquisa**

O modelo de pesquisa utilizado foi o exploratório-descritivo que tem como principal objetivo saber de algo a respeito das características ou funções de mercado. Esse tipo de pesquisa visa explorar o que as instituições buscam com o terceiro setor, a importância da responsabilidade social e o desenvolvimento das pessoas que fazem parte desse nicho, evidenciando o papel dessas instituições e a sua importância para com a sociedade local, bem

como, o marketing sustentável que a empresa recebe por esse trabalho refletindo diretamente no seu posicionamento de mercado.

### **3.7 Questionário**

Com o intuito de conhecer melhor o papel das instituições de ensino do terceiro setor na cidade de Marília e a sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade local, foi aplicado um questionário com 11 perguntas abertas, visto que apenas um questionário foi aplicado, as perguntas abertas proporcionam uma resposta mais completa e detalhada do negócio, sendo assim, transmitindo melhor as informações que se pretende explorar.

O modelo do questionário está no Apêndice A deste trabalho.

### **3.8 A tabulação e a análise dos dados**

A inauguração da unidade em Marília se deu em 1994, pois foi detectado que na cidade havia uma demanda muito grande de alunos com pouca ou mínima infraestrutura financeira relacionada com os estudos na zona Norte da cidade. Logo, a missão da instituição é fornecer educação de qualidade aos alunos socioeconomicamente desfavorecidos, sendo eles crianças, jovens ou adultos. Ao contrário do que muitos pensam, o ensino não é voltado apenas as crianças, e sim, o foco é na formação de pessoas melhores e capacitadas tanto intelectualmente, quanto profissionalmente, criando pessoas mais críticas para uma sociedade que se desenvolva e não deixem por desenvolverem a si, por isso abrange também os adultos e a sua profissionalização.

Os critérios para a seleção dos alunos são integralmente socioeconômicos, fazendo jus ao significado de uma instituição do terceiro setor, que visa atender os mais desfavorecidos socioeconomicamente, sendo todas as vagas destinadas para esse fim. As avaliações ocorrem desde uma visita até a casa da pessoa, levantam quantos moradores residem lá, a renda da família, quantas geladeiras possuem, televisão, computadores e demais utensílios domésticos que conseguem mensurar e classificar a posição social da pessoa (critério Brasil).

Os interesses da organização privada que mantém a instituição de ensino é o melhor possível. Reverter para as famílias de baixa renda uma educação de qualidade e a possibilidade de um futuro brilhante, com metas e objetivos atingidos, indo além dos pequenos sonhos traçados anteriormente, sendo profissionais reconhecidos, qualificados e competentes. A empresa ganha em valores, pois sua missão de ajudar a quem precisa está sendo atingida. Assim sendo, os ganhos para a empresa privada que a mantém é a prática da responsabilidade social, que por fim, agregam valores à sua marca. Uma vez que as competências públicas não conseguem atingir integralmente seus esforços para essa questão, a empresa privada acredita que pode mudar o amanhã de alguém praticando a responsabilidade social, pois a empresa cumprindo com algo que não é de sua responsabilidade, mas que ela possui recursos para o desenvolvimento das pessoas, ela ganha notoriedade e respeito à sua marca, pois são valores percebidos pelos clientes, não clientes e futuros clientes. Além disso, a empresa não recebe nenhuma ajuda local, estadual ou governamental para as suas despesas e o funcionamento. Todo recurso adquirido é exclusivamente da empresa privada que a mantém.

A Fundação não tem como objetivo divulgar suas ações como forma de se promover, isso é algo natural que acontece quando a existência de uma causa é a responsabilidade social. Porém, os cursos ofertados pela instituição e os seus projetos são encontrados no site da instituição, bem como anúncios em rádios e revistas para atrair e formar cada vez mais pessoas qualificadas. A instituição não tem interesse em estratégias de marketing, uma vez que ela não está inserida no mercado para competir com outras e não visa lucro, seu interesse é unicamente voltado aos seus valores.

Portanto, a instituição de ensino contribui para com a sociedade de forma a oferecer ensino de qualidade sem custo, com infraestrutura excepcional e funcionários altamente capacitados, que fomentam não somente questões pedagógicas e intelectuais, mas também questões de formação da cidadania e do ser humano. Dessa forma, os dados estatísticos da Fundação garantem que mais de 1.500 jovens da nossa cidade concluíram o Ensino Médio em nossa instituição, sendo que mais de 60% ingressaram em cursos superiores/técnicos e mais de 80% foram inseridos no mercado de trabalho. Assim, mostrando, que a missão da instituição é seriamente seguida e os dados comprovam que há o desenvolvimento para essa sociedade local menos favorecida socioeconomicamente e um futuro brilhante pela frente. De fato, alguns alunos são encaminhados para a própria empresa privada para exercer a sua ascensão profissional no mercado de trabalho e continuar crescendo através das oportunidades que ali são começadas.

### 3.9 Conclusão

De fato, a razão de uma instituição do terceiro setor existir é promover a educação, saúde, ensino de qualidade e ferramentas para que os seus cidadãos locais sejam favorecidos e obtenham oportunidades na vida. A Fundação entrevistada segue sua missão de existir, fomentando esse desenvolvimento para as crianças, jovens e adultos, profissionalizando-os e oferecendo um ensino de qualidade.

Além disso, mostra-se transparente ao que diz respeito ao critério de seleção para os alunos socioeconomicamente desfavorecidos fazer parte dela, de forma a selecionar com rigor somente os mais necessitados, através de uma entrevista com uma assistente social e a aplicação do critério Brasil que serve de parâmetro para a classificação social e econômica dos mesmos.

Portanto, os dados da Fundação (passados pelo entrevistado) mostram que os seus alunos realmente conseguem melhores oportunidades através da educação em forma de ensino e tornam-se pessoas mais críticas para tornarem-se pessoas melhores. Em sua maioria, adentram em algum curso superior e alguns são encaminhados ao mercado de trabalho movido pela própria empresa privada que a mantém. Assim, ficando explícito a forma de cidadania, englobando um potencial de desenvolvimento dos mesmos.

Fica nítida, então, a importância da fundação na vida da sociedade local, as formas de contribuição através do ensino de qualidade, mostrando ainda a responsabilidade social da empresa privada que a fomenta, pois todos os seus recursos são de origem de própria, sem qualquer intervenção financeira local, estadual ou governamental.

### 3.10 Considerações finais

Como apresentado no decorrer deste trabalho o Terceiro Setor é a junção do primeiro e do segundo setor, para cobrir setores em que o Estado não consegue atender. Essas instituições atuam com projetos nas áreas: social, de educação, saúde, cultura e lazer.

Conceituar os três setores existentes nos possibilita saber quais as suas áreas de abrangências e suas especificidades. O papel fundamental de cada um, suas responsabilidades, suas formas de captação de recursos, suas distribuições e os resultados financeiros gerados são processos existentes nos três, mas as suas finalidades diferentes. Visar o lucro para a população no geral ou simplesmente para si próprio ou ainda para terceiros que representam uma parte da sociedade menos favorecida socioeconomicamente falando, cuja responsabilidade social é voltada para o bem comum e o desenvolvimento e capacitação de cada pessoa.

Como já explorado, uma fundação é caracterizada pela existência de recursos disponíveis para realizar o bem comum, nesse caso, vimos que a fundação pesquisada possui o recurso do capital próprio para desenvolver as suas atividades, bem como oferecer um ensino de qualidade e cursos profissionalizantes para os membros ali inseridos. Esses aprendizados agregam valor para o conhecimento das pessoas envolvidas, profissionalizando-as e as preparando para o mercado de trabalho ou ainda assim, direcionando-as para outro caminho de estudos, cursos superiores e etc. Falar sobre a estrutura de uma fundação e a sua forma de atuação é fácil depois dela já montada e instalada, difícil mesmo é a falta de apoio que essas pessoas têm, os recursos que nem sempre são de facilidade conseguir para que invista e desenvolva, uma vez que lidar com uma parte menos favorecida da sociedade (infelizmente) algumas vezes são mal vistas.

Os critérios para a seleção dos alunos é bem rígido, uma vez que as etapas são as visitas as residências dos mesmos, o critério Brasil e a renda dos moradores daquela casa é algo bem coerente com os objetivos de uma instituição do terceiro setor, evitando fraudes de forma a beneficiar pessoas com perfil diferente da instituição. O objetivo da fundação não é promover a empresa privada que a mantém, e sim, proporcionar um futuro brilhante para os seus alunos e a sua família de maneira a oferecer um ensino de qualidade, pois eles acreditam que só assim podemos construir um país melhor.

Dessa maneira, a fundação contribui para o desenvolvimento da comunidade local através dos projetos de ensino, visando um futuro promissor e fazendo com que esses alunos desfavorecidos socioeconomicamente possam ter melhores oportunidades e novos caminhos a

serem trilhados, com bagagens mais consistentes, formadores de opinião e de decisão para o melhor para si, conseqüentemente, melhor para o mundo. Estatisticamente, essas evoluções mostram que a fundação realmente trabalha em prol da sua missão de existir colaborando para com essas pessoas e até mesmo oferecendo oportunidades para ingressarem no mercado de trabalho na própria instituição privada, para dali em diante, tornar-se pessoas melhores, sempre à frente, com presença e completas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Paula. **Assessoria de Imprensa e Terceiro Setor: Um provável Encontro**. 2010. 33 f. Dissertação (Monografia) – Universidade de Taubaté, 2010.

ANDRADE, M. G. V. Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82588/186659.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 de Outubro de 2016.

ARAÚJO, Osmar; CARRENHO, Ana Carolina Barros Pinheiro. Diferenças entre associação e fundação. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. 2009. Disponível em: <[http://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Fundacoes\\_e\\_associacoes\\_diferencas1.pdf](http://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Fundacoes_e_associacoes_diferencas1.pdf)>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

BARBIERI e CAJAZEIRA. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria a pratica** São Paulo: Editora Saraiva, 1 Ed. 2012

BNDS, Banco Nacional de Desenvolvimento. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. 35p. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/c\\_onhecimento/relato/tsetor.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/c_onhecimento/relato/tsetor.pdf)>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

BRASIL, **LEI Nº 6.015 / 1973**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6015original.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm)>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 10.406/2002**. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 31 out. 2016.

BURITY, Joanildo. Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 11, vol. 18(2), 2007 Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/141-411-1-PB.pdf>>. Acesso em: 31 de Outubro de 2016.

CARDOSO, Adalberto. Os sindicatos no Brasil. Mercado de Trabalho. 56. Fev. de 2014. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_nt01\\_sindicatos\\_brasil.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_nt01_sindicatos_brasil.pdf)>. Acesso em: 31 de Outubro de 2016

CARDOSO, Univaldo Coelho. Associação. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014. 46p. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/\\$File/5192.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/$File/5192.pdf)>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

CARDOSO, Univaldo Coelho. Cooperativa. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-cooperativa-e-quais>>

[sao-os-seus-ramos.02b48034c01a4510VgnVCM1000004c00210aRCRD](http://sao-os-seus-ramos.02b48034c01a4510VgnVCM1000004c00210aRCRD) >. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

CARDOSO, Univaldo Coelho. OSCIP: organização da sociedade civil de interesse público. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília : Sebrae, 2014. Disponível em:<  
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/d859d470786e9468569ec9ba3c8b7496/\\$File/5194.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d859d470786e9468569ec9ba3c8b7496/$File/5194.pdf) >. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

CIDES, S. J. **Marketing para negócios de sucesso**. São Paulo: Universo dos livros, 2009.  
COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Senac, 2002.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COSTA, Ilton Garcia. FREITAS, Paulo Henrique de Souza. **Terceiro Setor, ONGs: Questões Críticas**. São Paulo: Editora Verbatim, 2012.

MONELLO, Sérgio Roberto. **As Organizações Religiosas e o Código Civil Brasileiro**. Disponível em:<  
[http://www.advocaciasergiomonello.com.br/SitesTerceiros/Adv\\_Sergio\\_monello2/index.php/component/content/article/10-noticias-artigos/16-as-organizacaoes-religiosas-e-o-codigo-civil-brasileiro](http://www.advocaciasergiomonello.com.br/SitesTerceiros/Adv_Sergio_monello2/index.php/component/content/article/10-noticias-artigos/16-as-organizacaoes-religiosas-e-o-codigo-civil-brasileiro)>. Acessado em 04 de Outubro de 2016.

SIPIZIA Conceito de Estado e Governo. **Sipia**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://matriz.sipia.gov.br/conceitos/231-conceito-estado-governo>>. Acessado em 04 de Outubro de 2016.

LAPORTE, Casemiro. **O que é um Sindicato**. Disponível em:<[http://sinpefepar.com.br/site/?page\\_id=65](http://sinpefepar.com.br/site/?page_id=65)>. Acessado em 03 de Outubro 2016.

SOCIALIZANDO Governo Federal, Estadual e Municipal – Entendendo as Diferenças. **Socializando Sociologia**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://socializandosociologia.blogspot.com.br/2014/04/governo-federal-estadual-e-municipal.html> >. Acessado 04 de Outubro 2016.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado, Porém Público**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, Porém Público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos**. Disponível em:<  
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=352900&idtema=101&search=sao-paulo|marilia|fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil-2010->>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.



INSTITUTO PRO BONO. Manual do Terceiro Setor. Sem data. Disponível em: <<http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MEREGE, Luiz Carlos. **Terceiro Setor: a arte de administrar sonhos**. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6.ed. São Paulo, 2010.

Os tipos de ONGs (Fundações, OSC, OSCIPs e outros)Disponível em://pmdpro.com.br/os-tipos-de-ongs-fundacoes-osc-oscips-etc/ Acessado em: 10 de Outubro de 2016.

PARENTE, Juliano. **Revista de Educação**. São Paulo: Anhanguera Educacional S.A. 2008. – Vol. XI, N° 12.

SANTANA, Marco Aurélio. ENTRE A RUPTURA E A CONTINUIDADE: visões da história do movimento sindical brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 14 No 41. 1999 Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754>>.Acesso em: 31 de Outubro de 2016.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: regulação no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis Ltda., 2003, ISBN 85-7596-001-6

WOLFE Alan. **Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil**. Desenvolvimento, Cooperação internacional e as ONGs. IBASE-PNUD. Rio, 1992.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. Revista de Administração da UFMG. 1994. Disponível em: <[http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos\\_e\\_textos/Gestao\\_de\\_cooperativas/cooperativas%20desafios%20e%20tendencias.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/cooperativas%20desafios%20e%20tendencias.pdf)>.Acesso em: 31 de outubro de 2016.

## APÊNDICE A - Questionário

## PESQUISA DE CAMPO

**QUESTIONÁRIO TERCEIRO SETOR**

- 1 – Quando a instituição foi fundada em Marília e porque a cidade foi escolhida para ter uma unidade?
- 2 – Qual a missão da instituição?
- 3- Como a instituição contribui para o desenvolvimento da comunidade local e das cidades onde está instalada?
- 4 - Quais são os critérios de seleção para tornar-se aluno da instituição?
- 5 – A comunidade carente é priorizada no processo de seleção? De que forma?
- 6 – A instituição é mantida por uma empresa privada. Qual o interesse desta empresa em manter estas atividades e quais os benefícios que a empresa privada recebe por este investimento?
- 7 – Porque investir em responsabilidade social é importante para esta empresa e para a própria instituição?
- 8 – Quais as estratégias de marketing utilizadas pela instituição para divulgação de suas atividades?
- 9 – De que maneira a instituição contribui para o desenvolvimento social, a formação e a profissionalização dos seus alunos?
- 10 - Vocês recebem algum recurso do governo local, estadual ou nacional?
- 11 - Quantos alunos já se formaram na instituição? E quantos foram encaminhados para o mercado de trabalho?